

EDITORIAL

É com elevada satisfação que se apresenta à comunidade acadêmica e policial o quarto volume da Revista Brasileira de Segurança Pública e Cidadania. A revista tem por finalidade precípua ser um permanente veículo de divulgação de artigos e pesquisas científicas que versem sobre os mais variados temas na área da segurança pública e sua interação com os direitos humanos e a cidadania, desde aspectos sócio-jurídicos que envolvem o crime, a criminalidade e investigação criminal, passando pela gestão das organizações públicas de segurança, até as políticas públicas na área da segurança cidadã.

Em que pese as conhecidas dificuldades em se manter uma publicação periódica sem fins lucrativos, enfrentá-las tem se tornado um desafio gratificante, uma vez que cada dia mais vem crescendo o interesse de pesquisadores e articulistas pela Revista. E não só isso. Com a maturidade que veio com o tempo, tem aumentado a diversidade de temas e a qualidade dos artigos científicos apresentados.

Neste volume, que ora se apresenta, podemos notar que os oito artigos selecionados discutem temas relevantes e atuais que vão ao encontro de nosso escopo de fomentar a reflexão sobre os problemas comuns à ciência penal, à segurança pública e à atividade de perícia criminal.

Assim, de forma sintética, buscaremos apresentar os trabalhos que ora publicamos.

Abrimos este número com o artigo *Introdução Ilegal de Agrotóxicos em Solo Pátrio. Conflito Aparente de Normas – Art. 334 do Código Penal Brasileiro e Artigo 55 da Lei nº 9.605/98*. Trata-se de discussão dogmática sobre o conflito aparente de normas decorrente da prática de introdução ilegal de agrotóxicos em território brasileiro, bem assim qual seria o enquadramento legal adequado à referida temática.

Em seguida, temos o artigo *A Violência Simbólica no Trabalho Escravo Contemporâneo*, no qual se discute questão intrigante que diz respeito

à exploração da mão-de-obra em situação assemelhada a condição de escravo, uma prática violadora dos direitos humanos ainda comumente encontrada em nosso país, a partir de uma análise apoiada na concepção de violência simbólica desenvolvida por Pierre Bourdieu, em que a dominação (camuflada) é inexplicavelmente aceita pelos trabalhadores submetidos às condições degradantes de trabalho.

Na sequência, é apresentado o artigo *Uma Proposta de Doutrina para Criminalística da Polícia Federal Brasileira*, na qual pretende o autor propor de forma inovadora a adoção de uma doutrina para Criminalística da Polícia Federal, composta de metodologia, princípios, valores e normas que sirvam como parâmetro para órgãos que compõem a perícia criminal da Polícia Federal, em busca de uma atuação eficiente e eficaz.

Sem perder o fôlego, logo depois temos a discussão de um tema ainda pouco debatido no Brasil, a técnica de investigação infiltração policial, no artigo intitulado *Infiltração Policial no Brasil: um jogo ainda sem regras*. Embora a infiltração policial tenha sido incorporada ao ordenamento jurídico pátrio em 2001, com a edição da Lei nº 10.217/2001, que alterou a Lei de Crime Organizado (Lei nº 9.034/95), ainda não há regras claras quanto ao seu emprego, sobretudo quanto as implicações decorrentes das condutas praticadas pelo investigador infiltrado antes, durante e após a . Neste diapasão, o autor pontua de forma clara as variantes e as lacunas atinentes ao tema infiltração, ressaltando a importância da regulamentação dessa técnica policial, como importante ferramenta para investigação criminal das organizações criminosas.

Adiante temos o artigo *Da Origem e Função da Política Social no Estado Capitalista Contemporâneo*, em que o autor aborda as origens e funções das políticas sociais nos Estados liberais, com destaque para casuística brasileira, objetivando facilitar a compreensão da idéia de Seguridade Social com vistas a sensibilizar policiais e demais agentes públicos da importância em se atuar repressivamente em face das fraudes no pagamento de benefícios, sonegação e contribuições previdenciárias e a corrupção. Em outros termos, argumenta-se que a atuação da Polícia Previdenciária tem um importante papel na manutenção da “saúde” do sistema de seguridade social, uma vez que se pauta pela

necessidade que os recursos destinados ao seu custeio sejam protegidos para serem empregados em favor dos mais necessitados.

O sexto artigo que consta de nosso quarto volume cuida de tema que envolve a prevenção do crime organizado. Sob o título de *Prevenir o Crime Organizado: Inteligência Policial, Democracia e Difusão do Conhecimento*, suscita a importância da inteligência policial, o gerenciamento e compartilhamento de informações objetivando a neutralização das organizações criminosas.

O penúltimo artigo, por sua vez, *Um Estudo da Necessidade de Informação Como Estratégia para Combate ao Crime Cibernético*, trata de tema próprio à nova criminalidade, ligados aos avanços tecnológicos que marcam o início do século XXI: os crimes cibernéticos. O texto dá destaque à informação como estratégia central para prevenir os crimes virtuais.

Por último, fechando o rol de artigos da Revista temos *Gestão é Para Administrador: Uma proposta para otimização das atividades policiais nas delegacias descentralizadas da Polícia Federal*. Defende o autor a necessidade de incorporação aos quadros funcionais das delegacias descentralizadas da PF de administradores profissionais, com vistas a melhorar a gestão das unidades, auxiliando o delegado-chefe na tomada de decisão e administração do órgão. O articulista adota como referencial o modelo adotado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro no tocante ao programa Delegacia Legal.

Por derradeiro, fechando mais um número da nossa Revista, trazemos resumo dos temas debatidos no *Simpósio Internacional sobre Criminologia Ambiental e Análise Criminal*, ocorrido na Academia Nacional de Polícia, no período de 6 a 10 de julho de 2009, bem como jurisprudência atual e relevante sobre temas de interesse da comunidade jurídica.

Convidamos a todos a desfrutarem de uma boa leitura.

EMERSON SILVA BARBOSA

Membro da Comissão Editorial